

MEMÓRIAS, REGISTROS BIOGRÁFICOS E PERCURSOS DE VIDA: os afrodescendentes no Vale do Paranhana (RS/Brasil)

MEMORIES, BIOGRAPHICAL RECORDS AND LIFE STORIES: afro-descendants in the Paranhana Valley (Rio Grande do Sul, Brazil)

Daniel Luciano Gevehr¹
Greice Caroline Santellano²

Resumo: No processo que envolve a escrita da história dos grupos considerados, até pouco tempo, subalternos e com menos expressão cultural, percebe-se o silêncio sobre questões que envolvem as representações de gênero, raça/etnia e diversas outras categorias. Neste contexto particular, que privilegia a análise sobre questões de raça/etnia e gênero, é que se pretende investigar a presença dos afrodescendentes e, de forma mais aprofundada, da mulher negra. A pesquisa procura dar voz aos registros biográficos de afro-brasileiros, que permitiram melhor compreender os mecanismos que envolvem a lembrança e a memória sobre o passado do [desse?] grupo étnico na região do Vale do Paranhana.

Palavras-chave: Mulheres negras. Vale do Paranhana. História.

Abstract: In the process that involves the writing of the history of the groups until recently considered subaltern and with less cultural expression, there is a silence on issues involving representations of gender, race / ethnicity and several other categories. In this particular context, which privileges the analysis of issues of race / ethnicity and gender, we intend to investigate the presence of Afro-descendants and, more profoundly, of black women. The research seeks to give voice to the biographical records of Afro-Brazilians, which allowed a better understanding of the mechanisms that involve the memory and remembrance of that ethnic group's past in the region of the Paranhana Valley.

Keywords: Black women. Paranhana Valley. History.

O CENÁRIO DA PESQUISA: O CONTEXTO AFRO-BRASILEIRO NA REGIÃO DO VALE DO PARANHANA

Busca-se analisar a trajetória dos afro-brasileiros no Vale do Paranhana, focando principalmente no século XXI. Faz-se, num primeiro momento, uso de artigos relacionados ao assunto e relatos recolhidos durante entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa “*Nós Estamos Aqui: Registros de memórias e registros bibliográficos*

de afrodescendentes no Vale do Paranhana”, constituído pelo Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Para que se possa entender a situação atual do negro na sociedade brasileira, e principalmente na região do Vale do Paranhana (RS), faz-se necessário retroceder no tempo, destacando alguns fatos importantes na trajetória afro-brasileira, como, por exemplo, a criação da Lei Áurea (1888), a trajetória dos quilombos,

¹ Doutor em História e professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). O artigo é resultado de parte do projeto de pesquisa “Nós estamos aqui: registros de memória e percursos biográficos de afrodescendentes no Vale do Paranhana (RS, Brasil)”, desenvolvido no âmbito do PPGDR – FACCAT. O projeto contou com o apoio financeiro da FAPERGS, que disponibilizou uma bolsista de Iniciação Científica, que atuou na execução da pesquisa.

² Graduanda do curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara; bolsista FAPERGS, vinculada ao projeto “Nós estamos aqui: registros de memória e percursos biográficos de afrodescendentes no Vale do Paranhana (RS, Brasil)”.

entre outros fatores, muitos dos quais a população ainda não é ciente, ou tenta esconder.

A história regional do Rio Grande do Sul é marcada por conflitos. Desde o início da sua “colonização” por portugueses e espanhóis, as terras sulinas assistiram a conflitos que visavam definir as posses das fronteiras, sem importar-se com quem já estava lá.

Com certeza, aqueles que mais sofreram com o passar dos anos, desde a conquista do território e a introdução de diferentes projetos políticos e econômicos, foram os índios e os negros. Colocados de lado, não tinham voz para clamar por seus direitos. Até que, a partir de uma série de movimentos, mas principalmente com a morte de Zumbi dos Palmares, a situação mudou. A população negra passou, desde o período colonial, a expor suas indignações e reivindicações. Em 1888, a Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, decretou a abolição da escravatura, inserida em um contexto de profundas transformações políticas e econômicas do país.

O preconceito existente em relação ao negro, no Rio Grande do Sul e em diferentes partes do mundo, ainda é bastante presente. As elites brancas ignoram, muitas vezes, a presença do negro na sociedade, desmerecendo-os e fazendo com que cada vez mais sejam postos de lado, sem empregos, sem liberdade. Há, sim, movimentos que confrontam tais atitudes, mas estes, assim como os movimentos feministas, merecem mais atenção, para que os grupos considerados, ainda, como inferiorizados possam tomar seu lugar de direito e em especial seu direito à memória.

Deste modo, passamos a analisar o que define a Lei Áurea e quais foram os seus reflexos frente aos grupos de pessoas que ela atingia, a analisar dados obtidos em entrevistas realizadas nos anos de 2016 e 2017 pela Faculdades Integradas de Taquara, além de contextualizar a situação e a trajetória afro no estado do Rio Grande do Sul.

A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul, mesmo no início de sua formação, contava com o trabalho escravo, embora até pouco tempo atrás este fato fosse mascarado e até omitido. Estâncias e charqueadas eram os locais onde havia grande número de escravos, porém, estes estavam presentes em todos os locais possíveis. Como Xavier (2010, p. 21) diz, “Sublinharam-se, para o caso do Rio Grande do Sul, as charqueadas que, com seu incremento, teriam impulsionado a formação de uma sociedade escravista”, concordando com a afirmação feita anteriormente. De forma geral, os escravos eram especializados, poden-

do cuidar apenas de uma coisa dentro das charqueadas ou outros locais. Um escravo podia ter ordens para apenas cuidar de determinada plantação, enquanto outros cuidariam de outras atividades, por exemplo.

Os escravos eram trazidos diretamente da África. Em 1830 esta prática foi abolida, porém, não foi extinta. Xavier (2010, p.17) afirma que, “após 1830, com a proibição deste comércio, o tráfico continuaria intenso mesmo na ilegalidade. O sul do Brasil continuou a receber africanos.” A partir de 1850 o tráfico escravista passou a ser reprimido, porém, a comercialização continuou internamente. As pessoas que eram “importadas” da África eram escolhidas pelos senhores por sua idade, de modo que aprendessem rapidamente as atividades exercidas no plantio. O Rio Grande do Sul perdeu grande número de escravos com o comércio interprovincial.

Em 1931 criou-se a *Fundação Negra Brasileira*, na cidade de São Paulo, expandindo-se rapidamente para outros estados brasileiros, pois havia diversos associados. Em 1936 ela tornou-se partido político. Mas a FNB não era a única associação negra existente. Em São Paulo havia também o Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, o Centro Literário dos Homens de Cor, a Sociedade Propugnadora 13 de Maio, entre outros. No Rio de Janeiro havia o Centro da Federação dos Homens de Cor, em Pelotas, a Sociedade Progresso da Raça Africana, e em Lages, o Centro Cívico Cruz e Souza.

No início da década de 1970, em meio à ditadura militar, as comunidades afro-brasileiras uniram-se contra o racismo e o preconceito, criando teatros, clubes e até mesmo jornais, mostrando o seu poder perante a elite que até então as reprimira.

A contínua luta dos militantes negros ao longo do século passado, tanto no que diz respeito à importância da educação quanto à luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”, possibilitou a construção de resultados visíveis para o conjunto da população brasileira nos anos recentes, como por exemplo a criação e aprovação da Lei 10.639 em 9 de janeiro de 2003. A referida lei incluiu no currículo oficial das redes de ensino da Educação Básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileiras” (PEREIRA, 2011, p. 14).

A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 ainda hoje, 2018, não é bem aplicada pelas escolas. Os professores, geralmente, em sua formação acadêmica não recebem o preparo necessário para lecionar assuntos como este, além de haver poucos cursos relacionados ao ensino afro e indígena.

Faz-se necessária a conscientização sobre o assunto, incluindo nas redes municipais e estaduais proje-

tos que estimulem o aprendizado, que seja contada a História de todos os lados, para que o preconceito existente hoje possa ser combatido, que as causas sociais sejam apoiadas e que, principalmente, a diversidade seja respeitada. Alguns professores possuem receio em ensinar a história como ela foi, pois, até pouco tempo atrás, intelectuais, como diz Zarth (2010, p. 182),

[...] desenvolveram a tese da pouca importância da escravidão nas estâncias, que, quando existente, seria tão amena a ponto de descaracterizar sua condição, transformando o escravo num homem quase livre, bem alimentado e bem relacionado com seus proprietários.

A luta pela igualdade afro-brasileira possibilitou aos seus militantes alguns direitos e, teoricamente, igualdade. Embora ainda haja muito a se lutar, se faz necessário lembrar que os primeiros passos em busca da igualdade racial já foram dados, e a continuação desta luta é que resultará em um Brasil de brasileiros e não de determinada classe ou etnia.

A abolição da escravatura deu-se em 1888 através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, filha de D. Pedro II. Contudo, não foi realmente o fim do abuso para com os negros. Como Freitas (2016, p. 04) diz, o negro, após ser libertado do cativo, não recebeu instrução, invisível às elites:

No pós-abolição, a “invisibilidade” que foi criada para o negro, fica estampada nas políticas públicas que foram empregadas na República a partir de 1889. Partindo da necessidade de um branqueamento na população do Brasil e da reorganização do meio urbano, visando dar ênfase para o desenvolvimento econômico e social, a exclusão das classes desfavorecidas foi marcada pelo preconceito e racismo. Nesse contexto o negro ficou à mercê das dificuldades de manutenção social e familiar, de falta do reconhecimento de sua mão de obra e principalmente a desvalorização e o preconceito sofrido pela cor da pele.

Ocorreu também, na virada do século XIX para o XX, a criação da ideia de que o negro era predisposto a cometer crimes. A localidade de Taquara, no Rio Grande do Sul, analisada entre os anos 1888 e 1920, demonstra uma sociedade racista e preconceituosa, onde há relatos de práticas como a segregação em clubes e eventos, além de locais específicos onde os negros podiam cortar o cabelo, frequentar e, principalmente, viver. Concordando com esta ideia, Nunes, Magalhães e Rocha (2013, p. 275) falam sobre Novo Hamburgo, no Vale do Sinos: “A separação rígida do mundo dos brancos e dos negros não ocorria apenas às portas fechadas dos estabelecimentos e instituições, ampliava-se para as formas

de ocupação dos espaços públicos”. Vê-se que a segregação fazia, e ainda faz, parte da sociedade sul-rio-grandense.

Os alemães recebem grande destaque nas pesquisas sobre a colonização do Vale do Paranhana desde o princípio. A figura indígena e afro-brasileira são colocadas de lado, de modo a que quase ou nunca apareçam nas historiografias regionais. Os negros foram trazidos à força pelos europeus, foram escravizados, e, ainda assim, contribuíram de diversas formas para a formação social e econômica da nossa região.

OS ESPAÇOS SOCIAIS: O CASO DO CLUBE FLOR DO SUL

Em 1970 foi criado o clube Flor do Sul, um clube onde negros residentes da cidade de Taquara e região iam para passar o tempo, se reunir, discutir sobre diversos assuntos e, principalmente, ser tratados de forma igualitária.

O clube hoje, 2018, já não existe, restando apenas o terreno em que esteve localizado. Assim, poucas são as pessoas que falam sobre a importância dele dentro da sociedade taquarense. “Sabemos que a memória é um veículo de comunicação para além do individual e das dificuldades em estabelecer a transmissão destas memórias coletivas com o passar dos anos, principalmente ao segmento jovem, com novas aspirações e interesses” (BARDONI, 2016, p. 04).

A cultura é passada de geração em geração, quando não há registro, e o desinteresse surge, fatos importantes se apagam na história. É missão do historiador e da sociedade não permitir que isto ocorra. De diferentes formas pode-se contribuir para a preservação destas memórias, seja ouvindo, registrando e até mesmo disseminando as histórias que são contadas por avós, parentes e pessoas próximas.

O Clube Flor do Sul foi criado por uma mulher, negra, chamada Palmira Antônia de Souza. Ela era neta de um imigrante que se casara com uma ex-escrava. Fluente em alemão, Palmira mudou-se para Taquara junto com seu esposo, Manoel de Souza.

Já havia outros clubes em Taquara quando o Flor do Sul foi criado. Havia uma imensa segregação racial na cidade, onde nem mesmo negros com uma condição financeira melhor poderiam frequentar os mesmos clubes que os brancos, algumas vezes menos abastados. Bardoni (2016, p. 04) diz-nos claramente qual era o objetivo da criação do Clube Flor do Sul: “A falta de um lugar onde os filhos pudessem se divertir sem serem discriminados foi um dos motivos que a levaram a iniciar suas atividades.”

O Clube começou pequeno, era um salão de madeira, porém, em pouco tempo cresceu, sendo necessário sua ampliação. No Brasil havia outros clubes afro, como, por exemplo, o Clube Renascença, no Rio de Janeiro. A partir dos estudos realizados por Bardoni (2016), que fez uso das pesquisas de Giacomini, o clube Renascença foi criado para preencher o vazio que existia entre a população brasileira, de modo a contribuir para que houvesse mudanças sociais em relação ao negro.

A parcela da população que era de origem africana era discriminada, havendo em diversos pontos do país cidades que realizavam a prática da segregação. Deste modo, o Clube Renascença era uma resposta a todos estes fatores que atingiam negativamente o afro-brasileiro.

Em Taquara havia, nas primeiras cinco décadas do século passado, alguns clubes, como o dos ferroviários e atiradores, Clube 5 de Maio e o Clube Comercial. Todos estes eram proibidos para a população negra, que só podia entrar nestes espaços como subalternos, realizando serviços de limpeza e, raramente, de garçons. A filha da matriarca do Clube Flor do Sul conta que a segregação racial era muito forte na cidade de Taquara, de modo que, se havia um branco em uma calçada, era dever do negro sair da mesma.

Sobre a formação da cidade de Taquara foi escrito um livro com dois volumes, em seus 120 anos, o *Raízes de Taquara*, mas neste não há quase nada sobre a presença do negro na formação social do taquarense. “Há um artigo de uma página, com total falta de aprofundamento no assunto, sobre a existência de um lugar no qual os habitantes se intitulam descendentes de escravizados” (BARDONI, 2016, p. 09). O local referido é o Quilombo do Paredão Baixo, local onde diversas famílias lutam para a sua sobrevivência.

São muitos os casos de preconceito para com o negro em danceterias, em padarias, escolas e demais espaços comuns da vida urbana. Sem o registro de sua história, o Clube Flor do Sul acabará por ser esquecido da história pela população taquarense. A preservação da memória é uma tarefa de todos os habitantes, e principalmente daqueles que frequentavam o Clube.

UM ESPAÇO AFRICANO: O QUILOMBO PAREDÃO BAIXO, DE TAQUARA

Há no interior de Taquara um lugar que se constitui como um importante lugar de memória dos afrodescendentes. Trata-se do quilombo chamado *Paredão Baixo*, um quilombo remanescente que precisa ser pesquisado – para que sua presença não caia no esquecimento e, também, para que os moradores da própria região do Vale do Paranhana, saibam da sua existência

e de sua singularidade histórica, no contexto da presença africana na região.

De modo geral, Taquara, antes de ser colonizada por imigrantes europeus que buscavam uma melhora de vida, era um local fechado com grandes matas. Porém, com a chegada destes grupos imigrantes, quase tudo foi derrubado e desmatado, para que fossem feitas as inovações. Ramos e Smaniotto (2014, p. 219) dizem-nos que “a frente de expansão foi responsável pela derrubada das matas e pela preparação de terrenos. Iniciou-se, gradativamente, o ciclo de valorização de terras”. O escravo negro sempre esteve presente, pois era utilizado na mão de obra necessária para todos os tipos de serviços existentes.

O *Quilombo do Paredão*, como é chamado, foi resultado de diversas fugas de escravos das fazendas Fialho. Embora tenha sido reconhecido, o quilombo sobrevive com diversas dificuldades, o trabalho é escasso e a colheita depende do clima para ser bem-sucedida. No quilombo do Paredão Baixo, por exemplo, a maioria de seus habitantes sobrevive da agricultura e de trabalhos domésticos em localidades próximas e em pedreiras.

As habitações são em madeira e mal estruturadas, de modo que algumas casas acabam cedendo para um lado, literalmente entortando. Além disto, o Paredão Baixo conta com uma Sede, aonde a prefeitura teoricamente mandaria recursos para que fosse construída e lá fossem organizados os eventos da comunidade, como a festa de São João e as missas de domingo. Porém, o barracão não está concluído ainda, pois faltam recursos para o término da obra.

Aproximadamente 170 pessoas moram no Quilombo do Paredão. Dito isto, coloca-se em questão o número de crianças e jovens presentes lá. Estas crianças muitas vezes têm de trabalhar com seus pais para que haja comida na mesa, pois geralmente têm vários irmãos e, sendo assim, há bastante gente para alimentar. Algumas crianças não vivem sua infância, trabalhando desde cedo, e o tempo se torna escasso. Os jovens têm seus filhos muito cedo, não possuindo muitas vezes a estrutura necessária para saber como lidar com as situações geradas a partir disto. Através de um projeto realizado pelo curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara, realizou-se a doação de diversos livros infantis sobre a cultura afro no Brasil, buscando assim estimular as crianças e jovens à leitura e fazer com que saibam que todos eles são importantes na história do município e do país.

Portanto, a comunidade quilombola Paredão Baixo, localizada no Distrito da Fazenda Fialho, em Taquara-RS, é de suma importância para que a memó-

ria dos africanos e dos afro-brasileiros seja preservada, assegurando, com isso, o direito à memória desse grupo étnico.

A MEMÓRIA E A HISTÓRIA ORAL COMO CATEGORIA PARA PENSAR A PRESENÇA DO NEGRO NA REGIÃO

De acordo com Le Goff (1996, p. 423), vê-se que o conceito de memória sofreu diversas alterações, ao longo do tempo. Como o autor diz, “A memória [...] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele apresenta como passadas”. Assim sendo, a memória é aquilo que vivenciamos no passado, e como ela já ocorreu em tempo passado, não é 100% precisa, se for apenas oralmente transmitida, estando sujeita a falhas. Porém, o uso da memória como fonte de pesquisa é extremamente importante, pois sem ela diversos períodos da História seriam esquecidos.

Nas sociedades onde a escrita ainda não era presente, havia os “homens-memória” que exerciam a função de guardar a memória/história daquele povo. Estes homens eram, em sua maioria, guardiões de códices reais e historiadores da corte. Eram responsáveis pela história “objetiva”, que é uma série de fatos baseada em objetivos preestabelecidos e pela “genealogia” que organiza os fatos objetivos citados anteriormente.

Nestas sociedades, a memorização exata das frases não era necessária. Le Goff (1996, p. 430) diz que “a memória coletiva parece, portanto, funcionar nestas sociedades segundo uma ‘reconstrução generativa’ e não segundo uma memorização mecânica”, confirmando que a população não estava preocupada em decorar a fala, mas sim em reproduzir as ideias principais dos assuntos abordados, sem a preocupação de estar 100% precisa. Assim, estas sociedades dão à memória maior liberdade para ser transmitida para os demais.

Após o advento da escrita, a memória passou a ser transmitida através de pedras, papel, entre outros, o que permitia que aquilo que fora dito anteriormente se reproduzisse para as outras pessoas, sem alterações. Assim, reis criaram bibliotecas, arquivos e museus, as chamadas instituições-memória. Na Idade Média a memória foi cristianizada, passando a ser parte integrante da religião católica. Como Le Goff (1996, p. 445) coloca, “[...] o ensino cristão apresenta-se como a memória de Jesus transmitida pela cadeia dos apóstolos e dos seus sucessores”.

Assim, vemos que, desde os gregos, a memória

passou por diversas mudanças, sendo utilizada como auxílio. A memória se faz necessária até hoje, pois, com ela, as informações podem ser registradas e transmitidas, não deixando que a história se perca ou seja apagada, seja por problemas psíquicos ou pelo tempo.

Já a história oral também foi utilizada na presente pesquisa, uma vez que a história que buscamos registrar não se faz presente em documentos, mas na memória das pessoas que a vivenciaram ou que têm conhecimento sobre a mesma:

[...] a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências ocorridas no passado. Memórias individuais e coletivas se confundem; não somos ilhas e, portanto, estamos sujeitos a influências, bem como a influenciar, os grupos a que pertencemos e com os quais nos identificamos (MATOS; SENNA, 2011, p. 97).

Conforme as autoras, a memória pode sofrer alterações, conforme o tempo passa, e, portanto, para uma melhor precisão, se faz necessário que a pesquisa seja realizada o mais breve possível, de modo que as informações estejam “frescas” na cabeça do entrevistado.

A história oral é, portanto, aquela que é passada de boca em boca, por gerações, entre amigos, parentes e pessoas próximas. Ela é uma prática antiga e, até o surgimento da escrita, era a única forma de se saber sobre as mais diversas coisas que aconteciam no mundo, inventadas ou não. Assim,

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (MATOS; SENNA, 2011, p.97).

Através da oralidade, conhecemos o mundo de diversos pontos de vista. Às vezes, diversas histórias são contadas sobre o mesmo assunto e, portanto, se faz necessário que sejam ouvidas diversas pessoas, de diferentes idades e gêneros e classes sociais. Como as historiadoras colocam, “A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente.” E, embora a história oral não seja ainda muito aceita como fonte de pesquisa, alguns movimentos ocorrem em prol dela, pois, com ela, a história escrita se complementa; e, além disto, muitas vezes tem-se apenas a ela.

A história oral conseguiu seu espaço há aproximadamente 30 anos, quando historiadores se preocuparam em registrar a história daqueles que antes eram tidos

como invisíveis ou figurantes na História, como, por exemplo, o foco deste trabalho, as mulheres e migrantes.

Alguns historiadores atestam que a oralidade, na história, somente se faz possível ao se tratar de assuntos contemporâneos, porém, quando as entrevistas são realizadas, são registradas primeiramente em um gravador e, após, são passadas para um CD; após, é realizado um procedimento de transcrição, possibilitando assim pesquisas futuras. Matos e Sena (2011, p. 102) afirmam que, “O historiador da oralidade é criador da própria fonte, pois a entrevista precisa ser extraída da testemunha e somente se torna fonte após a transcrição...”. Portanto, a oralidade não perde seu valor teórico mesmo que as pesquisas sejam realizadas num tempo distante, pois, além de ser utilizada para novas pesquisas, pode ser utilizada para futuras comparações e, assim, servir como fonte de novos projetos.

Ainda de acordo com as autoras, há quatro tipos de história oral, sendo eles o estilo arquivo-documentalista, onde a organização e a criação das transcrições são os objetivos principais; o estilo difusor populista, onde, segundo as autoras, “Os difusores populistas constroem amplos acervos orais, mas não tentam avançar seus conhecimentos”; o estilo reducionista, onde os pesquisadores usam a oralidade como um complemento e nada além disto. E, por fim, o estilo analista completo, em que os historiadores têm a oralidade como um método completo, que possibilita maior profundidade e qualidade entre pesquisador e entrevistados.

Portanto, o uso da oralidade como fonte de pesquisa ainda é um assunto que gera polêmica, mas, com o aumento da sua utilização, e fazendo-o corretamente, torna-se um grande pilar nas pesquisas que tratam de assuntos que antes não eram frequentes. Ao entrevistar alguém, o pesquisador consegue perceber diferentes aspectos que revelam além do que lhe é dito, como sentimentos de tristeza e felicidade.

A MEMÓRIA, A HISTÓRIA ORAL E OS PERCURSOS DE VIDA DOS AFRODESCENDENTES

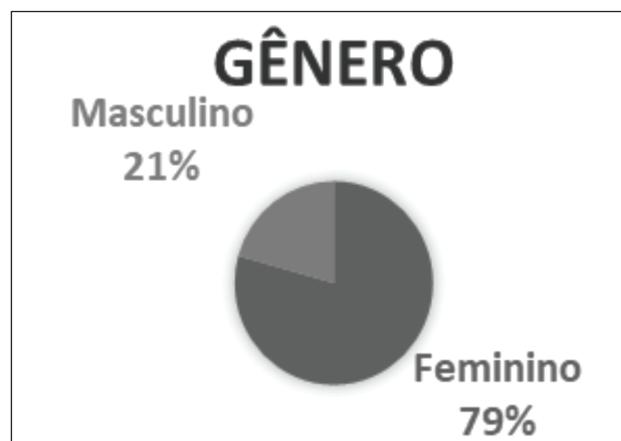
Foram realizadas, entre 2016 e 2017, várias entrevistas com afrodescendentes residentes nos municípios do Vale do Paranhana e também do Sinop, de modo que diversas pessoas, com trajetórias bastante distintas e contextos de vida diversos, contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. O objetivo principal desta etapa da pesquisa foi “dar voz” aos protagonistas desta história, objetivando, como já mencionado várias vezes, fazer valer o direito de memória do grupo, fazendo com

que eles falem de si, sobre suas próprias opiniões e perspectivas de pensamento.

As entrevistas foram realizadas durante os anos de 2016 e 2017 por alunos e professores do curso de Licenciatura em História das Faculdades Integradas de Taquara. Estes alunos, também residentes no Paranhana, tiveram a oportunidade de conhecer diferentes pessoas, modos de viver e ser, além de novas localidades, pois alguns foram até outras cidades para fazer entrevistas.

O grupo principal, escolhido para as entrevistas, foi constituído por mulheres. Essa definição se deu, especialmente, em razão de acreditar-se que as mulheres, muitas vezes silenciadas na história, precisam, cada vez mais, de voz ativa, garantindo-se a elas o direito de opinião e de registro de suas memórias. Assim sendo, nesta pesquisa, optou-se por registrar a memória biográfica de 23 mulheres e seis homens, somando um total de 29 entrevistados, durante os dois anos de coleta de dados em campo. Como mostra o gráfico abaixo, apenas 21% dos entrevistados eram homens.

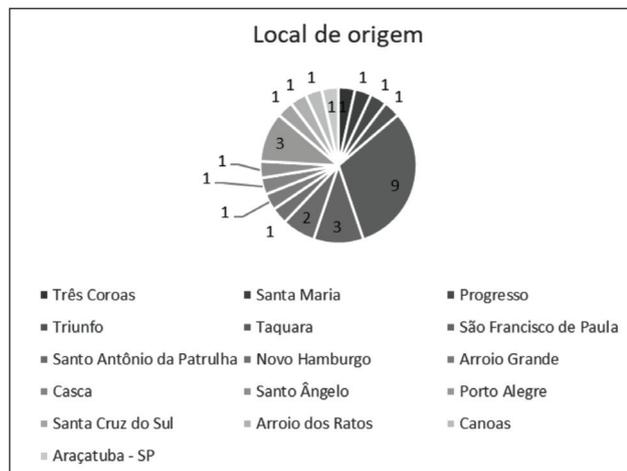
Gráfico 1: Gênero



Fonte: Dados de pesquisa.

Destas 29 pessoas, muitas nasceram em localidades próximas, porém a maioria não nascera no local onde vive atualmente, embora nove delas se originem de Taquara-RS, um número relativamente grande. Algumas pessoas se mudaram acompanhando seus maridos ou suas esposas, porém, outras trocaram a sua cidade natal em busca de um emprego melhor e mais oportunidades no mercado, em busca de uma vida melhor. Embora algumas não encontrassem o que buscavam, continuaram nas localidades onde residem hoje, pois, embora as expectativas não fossem de fato atingidas, a vida era melhor.

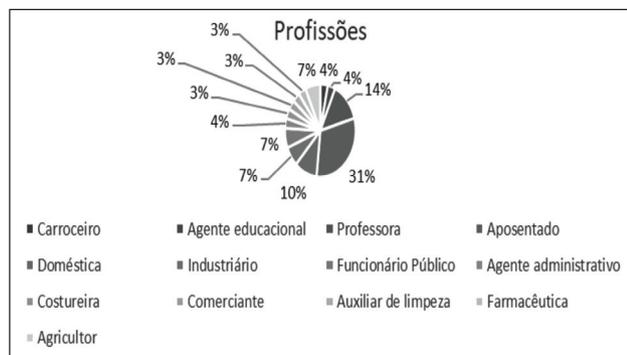
Gráfico 2: Local de origem



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto a suas profissões, a maioria dos entrevistados atualmente exerce a profissão de professor; dentro deste grupo, há uma professora de música, duas de linguagens e uma de história. Além de professores, há também, em mesmo número, funcionários públicos, em sua maioria aposentados. Em contrapartida, vê-se que ainda hoje há pessoas que sobrevivem da agricultura, pois não há outra opção para elas, nem recursos para ir até os locais de trabalho.

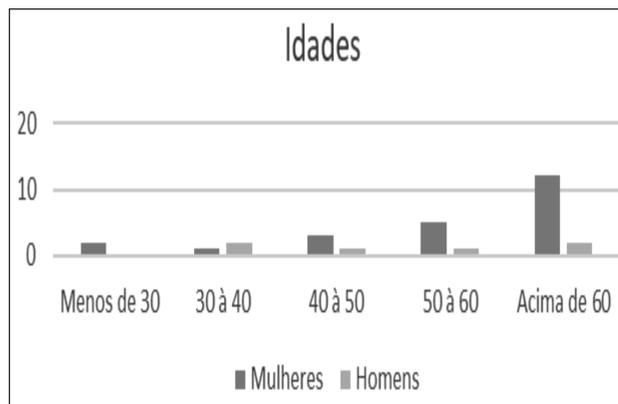
Gráfico 3: Profissões



Fonte: Dados da pesquisa.

Na questão que diz respeito à idade dos entrevistados, essa variou bastante, de modo que as pesquisas abrangeram pessoas novas, de mais ou menos 30 anos de idade, até idosos, como, por exemplo, uma senhora de 95 anos, residente de São Francisco de Paula. Assim sendo, a pesquisa contou com diversas faixas etárias, embora ainda se faça necessário trabalhar com crianças e adolescentes.

Gráfico 4: Idades

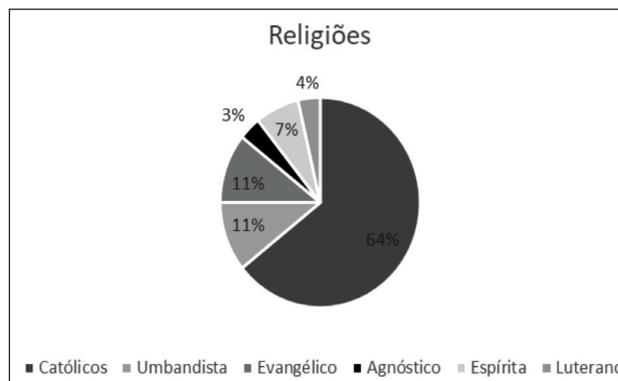


Fonte: Dados da pesquisa.

Através do gráfico acima, vê-se que o número de entrevistados da terceira idade é muito maior do que os demais participantes, o que explica as informações sobre a maioria dos entrevistados serem aposentados.

A maioria destes sabe ler e escrever, mas há casos, no Quilombo do Paredão, onde se teve de pedir aos filhos assinarem as autorizações. Dentre estes não alfabetizados, perguntou-se se possuíam vontade de aprender a ler e escrever, e a resposta foi positiva; a escrita e a leitura dão mais autonomia para o indivíduo.

Gráfico 5: Religiões



Fonte: Dados da pesquisa.

Como se vê no gráfico acima, a maioria dos entrevistados se considera católico, e são poucos aqueles que seguem as religiões com matriz africana, como a umbanda e o candomblé. Isto se deve à cristianização presente desde o início da formação do nosso estado do Rio Grande do Sul, pois, com a Companhia de Jesus, as práticas religiosas locais entraram em declínio, em relação à prática. Pois, aos se perguntar qual a religião do entrevistado, muitos apresentaram receio em dizer-nos que eram espíritas e umbandistas. Desta forma, perce-

be-se o preconceito imposto perante religiões que não as evangélicas e a católica romana.

Estes dados servem para compreendermos um pouco sobre os hábitos e olhares de mundo do afro-brasileiro para com a sociedade em que vive, suas influências e tradições ao longo do tempo. Como foi dito anteriormente, foram entrevistadas diversas mulheres, de diversas idades, profissões e modos de viver. Será exposta a seguir uma das entrevistas realizadas para que se possa compreender melhor como essas mulheres vivem e como se relacionam.

A entrevistada é Dona Vera Maria Brito Rodrigues, e as pesquisadoras foram as graduandas em História Lorena Maria Brito Rodrigues e Greice Caroline Santellano e as professoras do curso de História Elaine Smaniotto e Dalva N. Reinheimer. Dona Maria nasceu em São Francisco de Paula, no dia 13 de setembro de 1948. A entrevista foi realizada no dia 13 de setembro de 2017, aniversário de D. Vera. A senhora descreve sua cidade natal como sendo uma boa cidade, pois, embora tenha saído dela durante a sua vida, ela voltou, e vê que a cidade está aos poucos evoluindo. Ela saíra de S. Francisco em 1979 por conta do seu emprego de técnica fazendária, mudando-se para a cidade de Parai. Ficou lá por nove meses e, após, foi transferida para Cambará do Sul, trabalhando lá por sete anos. Após, voltou para a cidade de São Francisco. Sobre as festas em São Chico, Dona Vera conta-nos sobre o Carnaval, e, além deste, cita os bailes de fim de ano.

Seu pai era bilheteiro, vendia diversos tipos de bilhetes, como jogo do bicho e loteria. Ele morreu quando Vera Maria tinha 8 anos de idade. Já a sua mãe era do lar, trabalhava em casa. Ela tinha nove irmãos, sendo estes sete homens e duas mulheres. Sobre a sua infância, conta que havia diversas brincadeiras, e à noite realizavam-se rodas de música, onde a vizinhança inteira se reunia para cantar e dançar. Além disto, diz que não havia diferenças entre as brincadeiras de meninas e meninos; todos brincavam juntos. Sobre a presença do negro na cidade, Vera conta que antigamente havia mais pessoas afro, e que agora, devido à miscigenação, este número entrou em declínio. Além disso, muitas pessoas morreram e outras vão embora da cidade.

Dona Vera no primeiro momento de sua vida, foi professora, na cidade de Lajeado Grande. Ela trabalhava com os anos iniciais, com a alfabetização. Porém, ela não gostou, pois, além de ser em uma serraria, todas as séries, da 1ª à 5ª, estavam reunidas em uma única sala. Ela relata que os alunos eram muito pobres, não tinham agasalho e possuíam “bichos” em seus corpos. Além de ter que caminhar todos os dias 5 km a pé para chegar à

escola, ficou nove meses sem receber, uma vez que a prefeitura não tinha o dinheiro. Após este episódio, a professora passou a trabalhar em um escritório de contabilidade na cidade de São Francisco, ficando cinco anos neste emprego.

Vera estudara na Escola Cenecista, com uma bolsa de estudos. Ela fez até o 2º grau, o ensino médio. Como era adulta já quando estudou, não relata qualquer tipo de preconceito dentro do ambiente escolar. Sobre seus filhos, conta que sua filha, quando mais nova, foi chamada de negra na escola pela filha de uma professora, e, segundo ela, como a filha era explosiva, deu “nos beijos” da colega. Atualmente, sua filha Cassiane faz Direito, e seu filho Éderson formou-se em Administração.

Dona Vera Maria conta-nos que sua filha foi rainha do carnaval no ano de 2007, embora atualmente já não goste mais destas tradições. Também conta que foi a primeira rainha do carnaval do morro, em 1995. “Bota pra quebrar” era o nome dado ao bloco apenas de mulheres, de 14 a 30 anos de idade. Eram quatro dias e noites de festa. “Bloco do macacão” era o bloco formado apenas de homens. Todas as fantasias eram confeccionadas pelas mulheres, e a bateria era responsabilidade dos homens, mas, com o passar dos anos, as mulheres conquistaram o direito de fazer parte da mesma também. Além disto, eram realizadas buchadas, galetos e outras coisas para a interação da comunidade. Atualmente, o carnaval não existe mais, ficando registrado na memória e em fotos dos moradores de São Francisco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os entrevistados é possível ver que, apesar de hoje terem conquistado o seu lugar na sociedade, passaram por diversas situações ao longo de suas vidas, tais como segregação, preconceito e racismo. É fato que estas práticas ainda não acabaram. Na escola, no trabalho e até mesmo na rua, o preconceito e o racismo acompanham a rotina do afro-brasileiro.

O presente projeto de pesquisa tem como objetivo mostrar aos residentes do Vale do Paranhana e de cidades próximas que o afro-brasileiro continua sendo explorado e tratado com diferença em diversos locais. É visto de forma diferente por aquele que atravessa a rua, que estuda na mesma escola ou que simplesmente é dono de uma loja. A visão errônea que se tem sobre todo um povo nos faz ver que se precisa com urgência expor aquilo pelo que passaram, para que gerações futuras saibam o significado de respeito e empatia, de modo que o preconceito e a segregação racial não sejam heranças, mas sim descartados.

Jovens desconhecem a existência de diversos locais e eventos realizados pelos afro-brasileiros nas cidades em questão, como, por exemplo, na localidade de Parobé-RS, a festa afro que ocorreu este ano, 2018, não recebeu a divulgação necessária, e, por isso, poucas são as pessoas que foram até o local prestigiar a festa, assim como muitas pessoas desconhecem o fato de que em São Francisco de Paula ocorria o Carnaval com seus próprios blocos; o carnaval era todo feito por pessoas negras, do primeiro ao último dia, desde a comida às fantasias.

Para que estas tradições não sejam apagadas da memória da sociedade e para que talvez algum dia retornem a fazer parte ativa desta, é necessário que tais práticas sejam disseminadas, registradas e principalmente apoiadas. Portanto, este projeto serve para que isto ocorra, procurando fazer as histórias individuais e coletivas serem ouvidas, registradas e respeitadas, pois o racismo e o preconceito em todas as suas formas e graus precisam chegar a um fim rapidamente.

REFERÊNCIAS

- BARDONI, Ediane E. A. Flor do Sul e amnésia cultural: um clube de negros, uma geração e o esquecimento – Taquara/RS – 1975/2014. **Protestantismo em Revista**, v. 41, p. 03-15, maio/ago. 2016.
- FREITAS, Ubiratã F. História, pós-abolição e cotidiano: o negro livre na sociedade branca no município de taquara (1888-1920). **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**, jul. 2016, p. 01-17.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 423-448.
- MATOS, Júlia S.; SENNA, Adriana K. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, FURG, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.
- NUNES, Margarete F.; MAGALHÃES, Magna L.; ROCHA, Ana L. C. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): narrativa etnobiográfica de vó Nair. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 269-292, 2013.
- PEREIRA, Amílcar A. Movimento negro brasileiro: aspectos da luta por educação e pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil” ao longo do século XX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011, p. 01-15.
- RAMOS, Andrea; SMANIOTTO, Elaine. Quilombos e quilombolas: a trajetória de resistência e luta na comunidade remanescente do Paredão Baixo em Taquara/RS. **Universo Acadêmico**, v. 07, n. 01, p. 215-230, jan./dez. 2014.
- XAVIER, Regina. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto Pereira et al. (org.). **RS Negro – Cartografias sobre a produção do conhecimento**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 15-31.
- ZARTH, Paulo. Escravidão nas estâncias pastoris da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimor (org.). **Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: EDUPF, 2010. p. 181-211.